

DÍVIDA EXTERNA

27 OUT 1993

Comissão do Senado aprova opções

ESTADO DE SÃO PAULO

BRASÍLIA — A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou ontem, por 12 votos a 1, as opções de refinanciamento da dívida externa feitas pelos bancos credores privados. Assim que a decisão for referendada pelo plenário do Senado, o acordo de US\$ 35 bilhões estará definitivamente aprovado e os contratos poderão ser assinados. Entretanto, a troca definitiva dos títulos pelos novos bônus de 30 anos só se dará depois que o Brasil fizer um acordo com o Fundo Monetário Internacional. O Brasil e o comitê de bancos credores terão de resolver também o problema criado pelo Grupo Dart, que não quer fazer a troca de títulos nas mesmas bases aprovadas ontem pelo Senado.

O único voto contrário ao acordo foi dado pelo senador Eduardo

Suplicy (PT-SP), que considerou pesados os compromissos assumidos pelos Países com os bancos. O presidente da comissão, João Rocha (PFL-TO), considera que o acordo vai criar novas bases para o relacionamento do Brasil com a comunidade financeira internacional.

Segundo o relatório do senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), bancos detentores de 95,11% da dívida optaram pelo refinanciamento por 30 anos, por meio de cinco diferentes bônus. Os bancos aceitaram trocar 33,16% dos créditos por bônus ao par (sem desconto do principal), 35%,

por bônus de desconto (descontam 35% do principal), 5,51% por juros com redução temporária de juros, 20,56% por bônus de capitalização e 5,77% em bônus de conversão da dívida.

A comissão aprovou ainda projeto da lei de rolagem da dívida dos Estados e municípios. Por ter sido aprovado sem emendas, depois de passar pelo plenário, o projeto seguirá direto para sanção presidencial.

A comissão, segundo Rocha, ainda tem de definir os índices de comprometimento de receitas dos Estados com as prestações. Os índices devem variar de 7% a 11%.

ACERTO
DEPENDE DO
FMI E DO
GRUPO DART